



SARNEY: Só na ditadura, quando os tribunais serviam de instância política, a oposição teria amparo

05 JUN 2004

Sarney critica oposição por apelar à Justiça

Senador pede que questões políticas sejam resolvidas apenas no Congresso

JORNAL DO BRASIL

LUÍZ QUEIROZ

BRASÍLIA - O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), ocupou ontem a tribuna para elogiar o discurso de posse do ministro Nelson Jobim na presidência do Supremo Tribunal Federal. Aproveitou e mandou um recado para a oposição que, insatisfeita, tem procurado o Judiciário para questionar decisões tomadas no âmbito do Congresso.

- Vi no discurso do ministro Nelson Jobim um ponto extremamente importante, porque toca numa ferida que é nossa. Nós, políticos, temos de resolver nossos problemas, mesmo que de maneira dolorosa, dentro das nossas Casas, porque, no momento em que chamamos a Justiça para resolver os problemas políticos, estamos quebrando a estrutura que faz uma democracia moderna - disse o presidente do Senado.

Em março, Sarney ajudou os partidos governistas a enterrar a CPI dos Bingos antes mesmo que fosse iniciada. Com a tática de não indicar os integrantes da comissão, evitou as investigações que eram cobradas ao estourar o escândalo Waldomiro Diniz. A atitude de Sarney foi questionada pela oposição no Supremo Tribunal Federal.

Para o senador, tal medida da oposição teria amparo apenas na ditadura militar, quando os tribunais serviam de instância política.

- Esse tempo felizmente já passou. Ao recorrer à Justiça para resolver conflitos políticos, estaremos dando ao Judiciário um complicador para o qual ele não está, nem deve nem foi preparado, o que é um des-serviço à Justiça e, ao mesmo tempo, uma disfunção

do processo político. Penso ser esse um ponto sobre o qual devemos meditar. Que a Justiça fique na sua área, e a política também. É assim que funciona a democracia - declarou.

Para Sarney, o novo presidente do STF demonstrou "grande lucidez sobre o rumo que o Poder Judiciário deve tomar". Jobim, na solenidade de posse, pregou a harmonia entre os Poderes. Encerra, com essa intenção declarada, o período de turbulências vivido entre o Executivo e o Judiciário na gestão do ministro Maurício Corrêa.

Sarney usou a História do Brasil para defender a importância de se desvincular a política do Poder Judiciário. Citou três momentos históricos - o Império, a Ditadura Militar e a atualidade - para justificar seu discurso.

No Império, disse Sarney, o país tinha um Poder Moderador, cuja atribuição era de arbitrar "as questões políticas e manter o equilíbrio, exercido pelo imperador e pelo Senado".

Na República, continuou o presidente do Senado, as Forças Armadas assumiram a função de Poder Moderador. Interferiam para, se fosse o caso, mudar o jogo político. Essa atuação gerava, porém, intervenções consideradas "arbitrárias e salvacionistas, como as da Juventude Militar do Movimento Tenentista".

Para José Sarney, hoje não há necessidade de haver um Poder Moderador, nem imperial nem militar, porque as instituições democráticas estão funcionando:

- Esse Poder é totalmente exercido pelo povo. Só há uma maneira de dirimir os conflitos não-políticos da sociedade democrática: com a lei, o direito e a magistratura.

"Temos de resolver os problemas dentro das nossas Casas"